

Partido de centro nasce como bloco se lei deixar

Tadeu Afonso

BRASÍLIA — O líder do Centro Democrático do PMDB, deputado Expedito Machado (CE), disse ontem que o seu grupo poderá se constituir num bloco independente do partido antes mesmo da convenção nacional marcada para os dias 18 e 19 de julho. Segundo ele, isso representará o primeiro passo para o Centro Democrático se transformar num novo partido e abrir o processo de reforma partidária que começará dentro da própria Constituinte.

Esse novo partido poderá se chamar Partido do Centro Democrático ou disputar até com os pemedebistas que ficarem a posse da sigla PMDB. Expedito confessou que o modelo ideológico que mais o atrai é o da União do Centro Democrático que, sob o comando do então primeiro-ministro Adolfo Suárez, dirigiu a transição democrática na Espanha. "Esse nome, disse o deputado, me atrai muito. É um modelo fantástico o do Adolfo Suárez".

A dúvida — Expedito ressaltou que o bloco poderá contar com a adesão de outros constituintes do PFL e PL. Sua única dúvida, no entanto, era saber se o regimento interno da Constituinte ou do próprio Congresso Nacional permite a formalização de blocos partidários. Se isso for impossível, o bloco existirá informalmente até cumprir as etapas, que Expedito não quis adiantar, para a sua transformação num partido reformista "que garanta a transição democrática".

O deputado reconheceu que o processo de reforma dos atuais partidos será acelerado pela convenção nacional do PMDB, "convocada contra a vontade da direção nacional".

— Com isso — disse — dificilmente deixará de haver essa reforma. Ela está brotando do solo. Os atuais partidos não passam de frentes sem ideologia. A reforma começa pela Constituinte, aglutinando segmentos de diversos partidos.

Segundo Expedito, o objetivo do bloco do Centro Democrático será o de garantir a transição. "Não vamos — afirmou — nos enganar. Não estamos numa democracia e a ponte da transição, que era grande, virou uma pinguela". A transição passa pelo presidente Sarney".

Autoritarismo — O deputado explicou que

Ulysses confirma mandato na pauta

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, esclareceu que a duração do mandato do presidente José Sarney terá que ser discutida pela convenção porque é um dos temas de sua convocação, requerida por um terço dos convencionais. Explicou também que caberá ao plenário da convenção, e não à executiva, que se reúne hoje, decidir ser a votação dos temas pauta será secreta.

O secretário-geral do partido, deputado Milton Reis, integrante do grupo *moderado*, reconheceu que as bases do PMDB querem mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, enquanto a cúpula apóia cinco anos. Para evitar o confronto, Ulysses começa hoje uma intensa articulação, reunindo para jantar em sua residência os ministros do partido.

Por telefone, ele está informando os governadores sobre as tendências registradas até agora, a respeito da duração do mandato de Sarney. No dia 17, antevéspera da sessão plenária da convenção, Ulysses reunirá os 22 governadores do partido em um almoço.

Estratégia — "Estou tranquilo e não pretendo interferir nas articulações da convenção porque confio na liderança do presidente Ulysses Guimarães e no bom-senso do PMDB para a hora difícil que atravessamos", afirmou o presidente Sarney ao deputado Prisco Vianna (PMDB-BA).

Paralelamente às articulações que visam a assegurar o mandato de cinco anos para o presidente, Ulysses elabora um documento definindo a posição do partido na Constituinte e de análise da conjuntura econômica. Para primeira parte, ele recorreu à assessoria do jurista Miguel Reale Júnior. Os economistas do PMDB, entre eles Luciano Coutinho e Carlos Lessa, estão encarregados de elaborar a parte econômica.



Expedito Machado: PCD ou UCD

os membros do Centro Democrático estão terminando um levantamento das tendências dos delegados à convenção nacional para elaborar sua estratégia. Só depois decidirão se participarão ou não da convenção. Expedito repetiu que os constituintes do grupo não se sentem obrigados a assumir, no plenário da Constituinte, as decisões da convenção. "O mandato do presidente e o sistema de governo — insistiu — não são programáticos. Não nos sentimos obrigados a acatar as decisões da convenção. Ficaremos com os cinco anos. Agora, não existem mais sanções contra a gente. A tal fidelidade partidária é um resquício do autoritarismo".

Para o deputado, o Bloco do Centro Democrático deverá nascer forte, com 117 constituintes, além de ganhar a adesão de representantes de outros partidos, como o PFL e o PL, inclusive do PDS. O PCD, segundo ele, será um grande partido de centro.

Documento tenta levar à unidade

O deputado Ulysses Guimarães reuniu no último domingo algumas das principais lideranças do PMDB — o senador Mário Covas não estava — e conseguiu aprovar um documento que usará como base para tentar evitar a divisão do partido na convenção dos dias 18 e 19. O documento apela à unidade e diz que essa é condição indispensável para que a futura Constituição reflita o programa pemedebista.

Redigido pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses, o documento conclui que o anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte, apesar de falhas técnicas, atende a praticamente todos os pontos importantes do programa do PMDB, mesmo sem falar na duração do mandato do presidente Sarney e o futuro sistema de governo.

O documento foi aprovado algumas horas depois do encontro em que a esquerda pemedebista virtualmente consolidou a divisão do partido e seu "afastamento" do governo Sarney. Entre os que aprovaram o texto, com apenas duas pequenas modificações, estava o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, que pouco antes, durante a reunião da esquerda, havia ameaçado sair do partido se este não cumprisse seus compromissos históricos.

Além de Cardoso e Ulysses, avalisaram o documento o ministro da cultura, Celso Furtado; o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães; o líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique; o vice-líder, deputado Ibsen Pinheiro; o secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho; os deputados Heráclito Fortes (membro da Executiva) e Genebaldo Correia (membro do Grupo de Economia da bancada de deputados).

Cabral diz que não assinaria o que já assinou

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, não assinaria o anteprojeto de Constituição que está impresso em seu nome, assim como o texto que apresentará nesta sexta-feira. Mas assinaria um texto em que o aborto não seria amplamente liberado, o trabalhador não teria asseguradas 40 horas semanais de trabalho, a anistia dos militares não incluiria a reintegração com as vantagens estatutárias, a reforma agrária seria "realizável" e o parlamentarismo só seria adotado em 1990.

O texto de sua inteira responsabilidade só será conhecido do público na segunda quinzena de agosto. "Tal como toda a coletividade, percebi no anteprojeto atual inconsistências, desvios e a ausência de um fio condutor filosófico. Tais problemas não me eram dado corrigir nesta etapa dos trabalhos, quando lidei com materiais oriundos das mais diversas tendências e procedências".

Apesar de ouvir sempre do consultor geral da República, Saulo Ramos (seu amigo), o relator garante que jamais recebeu pressões do presidente da República ou dos ministros militares. O máximo que Sarney já fez foi um comentário para um amigo comum: "O Bernardo é um grande jurista e já devia ter aparado as incongruências desse anteprojeto nesta primeira fase".

Pressão militar — Bernardo nega também que os ministros militares venham lhe induzindo a alterar o projeto na parte em que a anistia beneficia os cassados com os direitos e vantagens da ativa. "O Leônidas (ministro do Exército) jamais me telefonou para reclamar de qualquer coisa. As maiores pressões que recebi foram mesmo do Poder Judiciário", diz.

Mas o relator está disposto a alterar esse artigo no substitutivo que apresentará no dia 17 de agosto, como lhe autoriza o regimento da Constituinte. "Essa anistia ampla, geral e irrestrita, hoje prevista nas disposições transitórias do anteprojeto, é fantasiosa demais para poder ser aplicada. Faltam recursos para todos esses cassados serem reintegrados com os direitos da ativa e não há como reintegrá-los", explica o relator.

Bernardo acha também fantasioso o artigo que inclui entre os direitos sociais que a duração do trabalho não será superior a 40 horas semanais e não excedentes a oito horas diárias. "Eu estou na mesma linha do presidente do sindicato dos metalúrgicos. Esse artigo é irreal, demagógico e funcionará contra o trabalhador". No capítulo da reforma agrária, o relator também fará alterações: "Persigo um meio termo que não prejudique o proprietário, nem o trabalhador. Quero um texto que não seja retrógrado, a ponto de provocar reprovações, nem tão avançado, que não possa ser concretizado".

"Reforma emocional" — O objetivo de Bernardo Cabral é substituir os artigos aprovados pela comissão da Ordem Econômica por uma redação "que se adapte à realidade brasileira". E, em sua opinião, essa realidade deve diferenciar nitidamente o latifúndio de São Paulo e o minifúndio do Amazonas, que pela legislação atual têm o mesmo tratamento. "Eu procuro uma fórmula que permita uma reforma agrária nacional, não emocional". No artigo que prevê a liberação do aborto, o relator também anda estudando uma fórmula intermediária entre o que dispõe hoje o Código Civil e o proposto no projeto.

"Não sei se deixo isso ao critério de cada mulher, para que a punição pelo aborto fique entregue a cada consciência, mas não seguirei o modelo inglês, que permite à mulher dispor livremente do seu corpo", hesita o relator. Uma coisa é certa: Bernardo Cabral é favorável à descriminalização do aborto para as gestações oriundas de estupro ou quando for comprovado que o feto é defeituoso. Um dos poucos temas polêmicos em que o relator não pretende fazer modificações é no texto que prevê a adoção do parlamentarismo.

"Sou parlamentarista e acho que o modelo tem que ser puro, como o do Egídio Ferreira Lima. Para não fazer um parlamentarismo sério, é preterível mantermos o presidencialismo, com todos os seus defeitos", comenta o relator. Apesar disso, é contra a adoção do regime de gabinete no governo Sarney. Entende que o regime só deve ser mudado em 1990.